

## Ata nº 112

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dez, nas dependências do Restaurante Cavalleri no município de Medianeira, reuniram-se prefeitos e representantes financeiros das prefeituras municipais integrantes do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, para deliberarem sobre 1) questão de gastos com pessoal nas prefeituras; 2) manutenção de royalties; 3) discussão, análise e avaliação dos prefeitos sobre as alterações no Estatuto desta entidade. O presidente do Conselho dos Municípios Lindeiros, dá início aos trabalhos, recorda sobre a reunião realizada em Santa Helena. Começamos com a alteração do Estatuto e passa a palavra para o jurídico do Conselho senhor Gari Sabka, que diz que a principal alteração foi para a captação de recursos, funcionários que deveriam ser cedidos pelas prefeituras e agora será colocado funcionários próprios, e a questão de mandato a frente do Conselho para dois anos, o estatuto alterou também a representação do Conselho que não é somente prefeitos e sim associações comerciais e câmaras de vereadores de todos os municípios, deveres dos sócios, demissão de funcionários, foi criado também o Conselho Fiscal que ficará separado da diretoria. O presidente diz para que todos os prefeitos dêem uma avaliação, analisada no estatuto que foi enviado via e-mail para todos os gabinetes. Cita os representantes dos municípios presentes na reunião. Passa a palavra ao prefeito Anfitrião da reunião senhor Elias Carrer, que acolhe a todos desejando as boas vindas, que se sente contente pela realização do II Fórum de Segurança pública dos municípios Lindeiros em seu município. O presidente do Conselho dá sequência a reunião, indo para a segunda pauta: manutenção dos royalties, diz que foi feita uma minuta sobre o histórico da adequação dos royalties e pede para o senhor Gari ler a minuta realizada. A mesma diz que os municípios necessitam dos royalties, e que essa vem solicitar para a alteração do Anexo 6 do Tratado de Itaipu. O presidente diz da importância de se começar a renovação ou alteração de um novo tratado, o senhor Gari desperta o interesse de se mandar essas minutas para outros municípios que recebem royalties, mas que não fazem parte do Conselho e também para as lideranças paraguaias para pedirem auxílio, ajuda federal e ação política, e também para o senhor Jorge Miguel Samek, diretor-geral da Itaipu Binacional. O prefeito Elias dá a sugestão de ser enviada primeiramente para o senhor Samek. O próximo assunto da pauta é gastos com pessoal nas prefeituras, o presidente questiona o prefeito de Itaipulândia senhor Lotário Oto Knob, que fala das prioridades do seu município, e diz que se o Conselho não ajudar, tomará uma ação sozinha e confirma que o município está preparado para receber ações do Ministério Público. O senhor Ricardo vice-prefeito de Medianeira, diz que na sua opinião essa situação é constrangedora, que se deverá tomar uma decisão o mais rápido possível e da importância dessa parceria, pois todos os setores estão sendo prejudicados, saúde, educação, assistência social, etc. O prefeito Polita também fala da importância da parceria para tomarmos o próximo passo, para reavaliar as negociações, deveria se ter um limite com os gastos com pessoal de todos os municípios. O presidente questiona se todos realizaram a avaliação dos limites com gastos e índices, tendo em vista que os gastos com o OSCIP passam a ser contabilizados como gastos com pessoal. O senhor Silom Schmidt diz que Santa Helena sem OSCIP não anda, ainda se há muita expectativa de o Conselho ajudar o município. O secretário de administração de Santa Terezinha de Itaipu, fala que os prefeitos deveriam conversar com o Tribunal de Contas, para que os gastos com o OSCIP não sejam considerados gastos com pessoal. A prefeita

# lindeiros

ao LAGO DE ITAIPU

## lindeiros

Ana Carlessi explicou que não tem problemas com o limite de gastos, mas tem problemas com a realização de concursos públicos, que são embargados pelo Ministério Público. O senhor Edimar Santin diz que se deverá sim tomar uma atitude em relação a essa questão diretamente com o Tribunal. O presidente da Amop, senhor Aparecido Weiller Junior, dá a sua contribuição dizendo também da importância da parceria através do Conselho. O senhor Marcos Kraft pede a palavra e diz que seria necessário contratar empresas terceirizadas para serviços onde é impossível realizar concursos de projetos, tais como, limpeza, garins, etc. O doutor Julio pede a palavra e diz que se trabalharmos bem e saber diferenciar as prioridades de cada município, entende que será possível adequar as exigências do Ministério Público do Trabalho, mas enfatizou que as OCIPS não podem realizar todo e qualquer serviço. A recomendação seria importante suprir as necessidades de se manter os serviços. Falou também que a instrução normativa 45 do TCE é um problema para todos os 399 municípios do estado do Paraná, e que a referida instrução é inconstitucional. O presidente do Conselho dos Municípios Lindeiros pergunta se estamos realmente preparados para um encontro de trabalho com o Tribunal de Contas. O prefeito Vilson Schuwantes dá a sugestão de primeiramente se montar a pauta de trabalho com exemplos. O presidente dessa entidade falou de se montar um quadro com os exemplos e marcar uma reunião com o TCE e MPT, e apresentar o quadro explicando detalhadamente da realidade contábil e orçamentária dos municípios lindeiros. Também pediu auxílio da Amop para resolver os problemas junto ao TCE no qual houve concordância do presidente da Amop. Após discussões foi aceito por todos os presentes a proposta do presidente. O presidente declara encerrada a reunião, e eu Deise Daiane Sobrinho, secretária de ata encerro a presente ata.

*[Assinaturas manuscritas]*